



Vasco Rosa

Para uma política cultural nos Açores, IX Os deveres da oposição

Alexandre Pascoal escreveu no *Açoriano Oriental* de 2 de Junho o artigo «Vamos trocar umas ideias sobre o assunto...» — tomando de empréstimo o título dum conhecido romance de Mário de Carvalho (1995), o que «fica bem» —, para comentar a situação de editoras e livrarias açorianas a partir da publicação de uma nova colectânea de ficções *Avenida Marginal* e fazer o elogio do «heroísmo», «enorme coragem» e «arrojo» delas, «espécie rara ou em vias de extinção» (e cito).

Pascoal assina-se na condição elitista de «gestor cultural» (seja lá isso o que for...), mas podia — devia — apresentar-se como o assessor político do Partido Socialista que na verdade também é, ou o deputado regional que já foi, pois isso permitiria ao leitor comum, que o não conhece, avaliar onde precede essa sua intervenção pública. De outra maneira podemos ser levados a concluir que o tão lastimável estado dessas coisas na Região Autónoma, e a falta de uma política cultural de largo alcance, nada devem a duas décadas consecutivas de governos de Carlos César e de Vasco Cordeiro (eles que tudo viram ou tão bem cuidaram desses problemas...), e que foi a partir de Novembro de 2022 que «o monstro» veio à superfície, súbita e desagradavelmente: «Manter uma livraria ou uma editora é hoje um acto de amor (e militância), mas sobretudo de resistência», diz no final — e sublinho aquele tão sinuoso *é hoje*.

O deputado que em Maio de 2010 defendeu no parlamento regional que «a Cultura deve ser um importante catalisador do desenvolvimento local, com os museus e bibliotecas públicas a assumirem-se como *espaços-âncora* nesta estratégia», omite então o papel dos editores e livreiros açorianos nesse processo. Corrigiu recentemente essa perspectiva, fazendo notar, a 21 de Março passado, que «as poucas livrarias que resistem [nos Açores], lutam pela sua sobrevivência. Para alterar este estado de coisas, importa pôr a funcionar um Plano Regional de Leitura que consiga sair do papel para a rua», desta feita esquecendo todo o forte contributo que bibliotecas públicas, bibliotecas escolares e bibliotecas itinerantes — com acesso livre e gratuito — podem ter, em particular junto duma população carenciada e sem recursos para comprar livros de forma regular. Quem instituiu a exclusividade de manuais escolares digitais vir, depois, bradar pela sustentabilidade das livrarias açorianas tem o seu quê de patético ou de desonesto; mas adiante...

Confundido e confundindo — e mais grave ainda, subestimando a criação literária e a sua difusão —, o gestor cultural / assessor partidário chega a perguntar «se vale a pena» apoiar a edição de livros «não havendo cadeia de valor», e depois defende que «devemos pugnar por garantir a presença dos nossos escritores (e editores) no Plano Nacional de Leitura, com acesso a outros recursos e a mais públicos», demonstrando o seu mais absoluto desconhecimento (ou será ainda pior que isso, e estarei a ser benevolente?) acerca do fracasso desse «plano» e os míseros benefícios que traz aos autores (e sei do que falo, pois tenho lá um livro, uma antologia de dispersos de Raul Brandão) e aos leitores. Aliás, também tenho *Raul Brandão e os Açores* (2018) no Plano Regional de Leitura e não me parece que se tenha tornado mais conhecido e lido por causa disso.

Mais importante ainda: ler livros e ter livros são coisas bastante distintas, a se-

gunda não sendo condição da primeira quando as infra-estruturas de educação e cultura, e as famílias, estimulam o convívio quotidiano com a leitura de formação ou com a leitura de ócio desde tenra idade. Não poucas vezes tem sido lembrada com especial saudade a importância das bibliotecas itinerantes da Fundação Gulbenkian para gerações de jovens leitores em todas as ilhas dos Açores, algo que nenhum cheque-livro oferecido a jovens de 18 anos — medida fácil, demagógica, eleitoralista e anacrónica do ministro Pedro Adão e Silva, que Alexandre Pascoal aconselhou em Lisboa — poderá alguma vez substituir. Despejar dinheiro sobre problemas complexos *é fingir que se pretende resolvê-los*, dando ao mesmo tempo migalhas a eleitores desprevenidos, senão já viciados em apoios públicos, numa dependência antiga e útil tanto quanto nefasta e cruel. Em contrapartida, o celebrado Arquipélago, na Ribeira Grande, tem desde 2015 uma biblioteca sem livros e sem leitores, mas com muitas estantes de madeira de boa qualidade, como é fácil ver, de tão vazias que estão... e, mesmo assim, diz promover «uma leitura arquipelágica», quiçá a oitavo maravilha do mundo... É caso para perguntar que aplicação terá tido ali, ao tempo dos governos PS, esta sua frase de agora: «A região tem que *dar o exemplo*, investindo nas suas instituições públicas, ano após ano, para que possam prestar o papel que delas se exige, nomeadamente, pela *atualização permanente de conteúdos*, em particular das bibliotecas públicas e escolares, no *combate incessante* aos baixos índices de leitura e literacia» (itálicos meus).

O mesmo papel, a mesma tinta e a mesma página em que Alexandre Pascoal discorre sobre melhoramentos culturais baseado em boas intenções e generalidades de efeito podiam ser usados para sugerir *medidas concretas* que tivessem em vista os fins a que se propõe. São essas e só essas que fazem mudança. Esse sim, seria um bom ponto de partida para a conversa pública que diz pretender estimular, mas à qual faltam — admite — «elementos concretos sobre o sector do livro, tal como faltam para outras áreas artísticas, dados que ajudariam a sistematizar estratégias e políticas culturais». Sendo tal diagnóstico essencial, dir-se-ia estar-mos perante o pleno reconhecimento de que o Partido Socialista, os seus gabinetes de estudo (se os tem, como deveria) e os governos de César e Cordeiro geriram os Açores nestas matérias *sem a mais pequena ideia do que precisava de ser feito*, deixando agravar antigas debilidades regionais. Não admira, por isso, que o seu programa apresentado às eleições de Fevereiro deste ano se resumisse à disponibilidade para «ouvir os agentes culturais», para assim formular — depois!! — as políticas corresponsáveis.

É francamente muito pouco para um partido histórico que certamente quer voltar ao poder nos Açores e logo na primeira oportunidade que lhe surgir para tal. Convém por isso que se prepare como deve ser, mobilizando desde já o debate público que prometeu criar se vencedor das últimas eleições, e que as melhores ideias daí surgidas possam ser incorporadas — se assim for entendido — pelo Governo de José Manuel Bolieiro, como medidas importantes para a qualificação dos Açores e dos açorianos. Problemas complexos exigem pactos de regime, e o sentido da Política é o bem comum. Vem nos livros, não vem? Vem!

Recolhida uma tonelada de resíduos na limpeza da orla costeira e subaquática na Lagoa

A 13.ª edição da Limpeza da Orla Costeira e Subaquática, promovida pela Câmara Municipal da Lagoa, através do Centro de Educação e Formação Ambiental da Lagoa - CEFAL, que teve lugar, no dia 8 de Junho, no concelho de Lagoa, resultou numa tonelada de resíduos recolhidos.

Na ocasião, a Presidente da Câmara Municipal da Lagoa, Cristina Calisto, acompanhada pelo vereador da área do ambiente, Nelson Santos, agradeceu a presença dos cerca de 250 participantes que quiseram se juntar a esta actividade, que este ano, contou com o mote “A Liderar pela limpeza do Oceano!”. A Presidente salientou a importância desta acção de limpeza, tendo como principal objectivo alertar a população para os efeitos nocivos do lixo marinho, identificando como um dos grandes problemas

ambientais da actualidade, bem como do envolvimento da comunidade em iniciativas desta índole.

No total, foram contabilizados 1019kg de resíduos recolhidos, entre eles: 580kg de madeiras oriundas das intempéries, 220kg de resíduos urbanos indiferenciados, 68kg de plástico rígido, 56kg de ferro, 40kg de embalagens de plástico e metal, 33kg de têxteis, 17 kg de resíduos de origem piscatória e 5kg de calçado.

A limpeza incidiu em quatro zonas distintas: do Porto dos Carneiros até o Portinho de São Pedro; do Porto dos Carneiros até ao Complexo de Piscinas Naturais de Lagoa; Calhau da Relvinha e Baixa D’Areia.

Além dos voluntários individuais, esta acção com a colaboração de diversas instituições regionais forças vivas do concelho, como a Junta de Fregue-

sia de Nossa Senhora do Rosário, a Polícia Marítima de Ponta Delgada, os Escuteiros Marítimos de Ponta Delgada, a Escola Secundária de Lagoa, o Clube Náutico de Lagoa, a Associação Terra Jovem, a Associação Juvenil Clube Operário Desportivo (AJCOD), o Blue Azores, o Clube Naval de Rabo de Peixe e o Grupo de Mergulhadores dos Bombeiros da Ribeira Grande. A organização contabilizou cerca de 250 participantes na sua totalidade.

Também o Expolab - Centro Ciência Viva se associou, uma vez mais, a esta iniciativa, com uma acção de sensibilização sobre a “poluição marinha por plástico”, que teve bastante adesão por parte dos participantes. Esta foi uma forma de abordar a problemática dos microplásticos, lembrando que, os dados mais recentes do Programa de Monitorização do

Lixo Marinho da APA - Agência Portuguesa do Ambiente, indicam que, em 2022, 88% dos materiais identificados como lixo marinho eram de plástico, dos quais 31% eram de utilização única.

Além disso, é de lembrar que os oceanos cobrem 71% da superfície da Terra e são uma extraordinária fonte de recursos e a poluição é uma das principais ameaças que os oceanos enfrentam. Mais de 80% da poluição que atinge os oceanos tem origem em terra e é transportada para o ambiente marinho pelos rios e ribeiras. As zonas costeiras são, por isso, os locais de depósito daquilo que se deita fora, dando origem ao lixo marinho.

Refira-se, ainda, que esta actividade foi inserida no Programa Bandeira Azul 2024 sob o tema «O Mar precisa de líderes, a tua praia é a tua casa!».